

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pela High Court of Justice Queen's Bench Division (Administrative Court) (Reino Unido) em 13 de novembro de 2015 — The Gibraltar Betting and Gaming Association Limited/Commissioners for Her Majesty's Revenue and Customs, Her Majesty's Treasury**

**(Processo C-591/15)**

(2016/C 027/22)

*Língua do processo: inglês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

High Court of Justice Queen's Bench Division (Administrative Court)

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* The Gibraltar Betting and Gaming Association Limited

*Recorridos:* Commissioners for Her Majesty's Revenue and Customs, Her Majesty's Treasury

**Questões prejudiciais**

- 1) Para efeitos do artigo 56.º TFUE e à luz da relação constitucional entre Gibraltar e o Reino Unido:
  - 1.1. Devem Gibraltar e o Reino Unido ser tratados como fazendo parte de um único Estado-Membro para efeitos do direito da União, de forma que o artigo 56.º TFUE não se aplica, exceto quando seja aplicável a uma medida interna? Subsidiariamente,
  - 1.2. À luz do artigo 355.º, n.º 3, TFUE, tem Gibraltar o estatuto constitucional de território independente do Reino Unido no âmbito da União, de modo que a prestação de serviços entre Gibraltar e o Reino Unido deve ser tratada como uma troca comercial no interior da União para efeitos do artigo 56.º TFUE? Subsidiariamente,
  - 1.3. Deve Gibraltar ser tratado como um território ou país terceiro, de modo que o direito da União só é aplicável às trocas comerciais entre ambos quando o direito da União produza efeitos entre um Estado-Membro e um Estado não-membro? Subsidiariamente,
  - 1.4. Deve a relação constitucional entre Gibraltar e o Reino Unido ser tratada de outro modo para efeitos do artigo 56.º TFUE?
- 2) As medidas nacionais de tributação com características como as do novo regime fiscal constituem uma restrição ao direito de livre prestação de serviços para efeitos do artigo 56.º TFUE?
- 3) Em caso afirmativo, os objetivos que, no entender do órgão jurisdicional de reenvio, as medidas nacionais (como o novo regime fiscal) prosseguem são objetivos legítimos suscetíveis de justificar uma restrição ao direito de livre prestação de serviços na aceção do artigo 56.º TFUE?

---

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pela Court of Appeal (England & Wales) (Civil Division) (Reino Unido) em 13 de novembro de 2015 — Commissioners for Her Majesty's Revenue and Customs/British Film Institute**

**(Processo C-592/15)**

(2016/C 027/23)

*Língua do processo: inglês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Court of Appeal (England & Wales) (Civil Division)